



## **Ministério do Desenvolvimento Regional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

---

**Contratação de empresa especializada para execução de serviços topográficos e de apoio à fiscalização e supervisão técnica de instrumentos na área de abrangência da 2ª superintendência regional da CODEVASF, no estado da Bahia.**

**Novembro/2022**



## Ministério do Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD

### SUMÁRIO

1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR .....	3
2. CONTEXTUALIZAÇÃO .....	3
3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	3
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO .....	5
5. DOS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM A CONTRATAÇÃO .....	8
6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS .....	8
7. PESQUISA DE MERCADO E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO .....	10
8. RESULTADOS PRETENDIDOS .....	10
9. ALINHAMENTO DA DEMANDA COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL – PEI .....	10
10. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO .....	11
11. MPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	11
12. PARCELAMENTO DO OBJETO .....	11
13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES .....	15
14. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO .....	15
15. CLASSIFICAÇÃO E INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	16
16. SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	16
17. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	16



## **Ministério do Desenvolvimento Regional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD**

### **1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Em atendimento à INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, de 22 de Maio de 2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Estudo Técnico Preliminar (ETP) é o documento que integra a primeira fase de planejamento das contratações públicas e tem o objetivo de demonstrar a real necessidade da contratação; descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico.

### **2. CONTEXTUALIZAÇÃO**

A CODEVASF é uma empresa pública dependente, com capital 100% da União, que transforma a realidade das pessoas, com foco na melhoria dos três pilares básicos da sustentabilidade: social, econômico e ambiental. Atuamos com base na capacidade técnica de nossa força de trabalho, alicerçados nas expertises e experiências adquiridas ao longo da nossa história, ou mediante parcerias com instituições públicas ou organizações privadas da sociedade civil sem fins lucrativos, notoriamente nos segmentos de agricultura irrigada, revitalização de bacias hidrográficas, segurança hídrica e economia sustentável, promovendo o desenvolvimento regional em regiões de baixo poder econômico e distribuição de renda.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF tem como Missão “Desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais”, norteada pelos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos na Carta Magna, em especial, o de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, inciso III), sendo uma organização que transforma a realidade das regiões onde atua, com foco na melhoria das condições sociais, econômicas e ambientais.

Com o objetivo de cumprir a sua missão, a CODEVASF desenvolve, através de execução direta ou mediante parcerias firmadas com diferentes entes federativos, iniciativas materializadas na forma de obras e ações.

### **3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e Parnaíba tem passado por um processo mais acelerado de expansão de sua área de atuação nos últimos 5 anos, em decorrência de atualizações legislativas, como é demonstrado pelo documento “Evolução da Divisão territorial da Codevasf” disponível no Apêndice. Por exemplo, a área de abrangência da 2ª Superintendência Regional (2ª SR) expandiu de 88 municípios para 213 entre 2018 e 2022.

A expansão territorial da área de atuação da Codevasf implicou desafios para o corpo técnico da empresa, notadamente diante do aumento da quantidade de instrumentos celebrados ao longo do tempo. A Figura 1 abaixo demonstra como o número de convênios e contratos celebrados tem

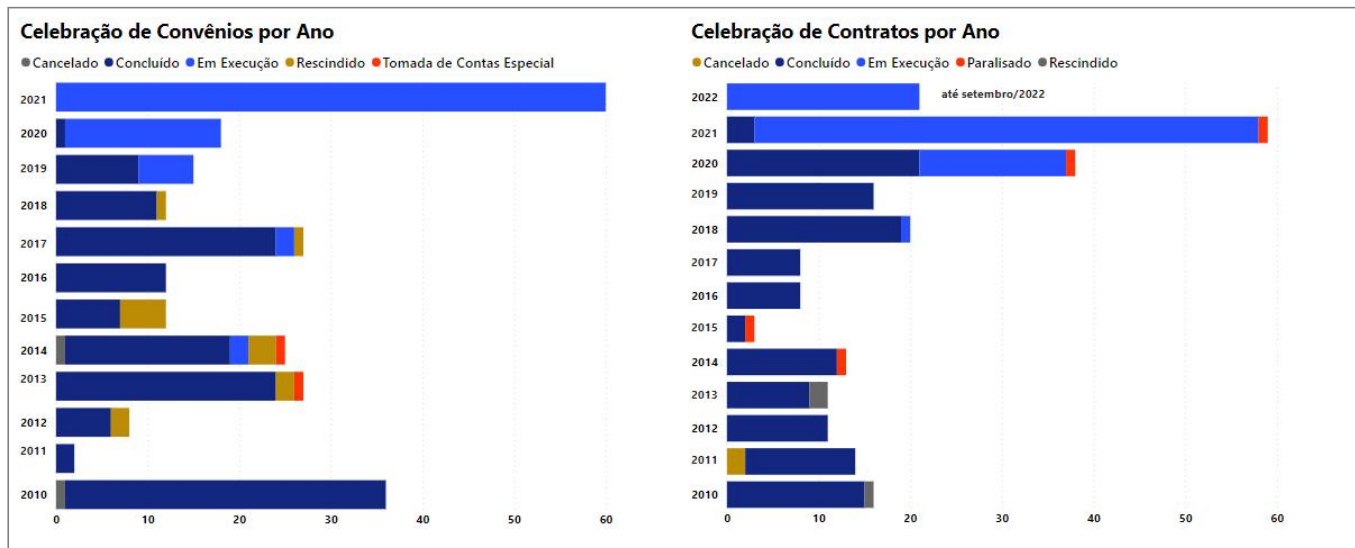


## Ministério do Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD

crescido de forma acelerada na 2ª Gerência Regional de Infraestrutura (2ª GRD). Ademais, vale ressaltar que o último quadrimestre de cada ano é o período com maior número de licitações realizadas historicamente na 2ª SR. Por isso, espera-se que o ano 2022 seja equivalente ao ano de 2021 quanto ao volume de instrumentos celebrados até o último dia útil do ano.

**Figura 1 - Volume de convênios e contratos celebrados entre 2010 e setembro de 2022**



Fonte: Sistema de Gestão de Contratos e Convênios da Codevasf (referência: 15/08/2022)

Contudo, considerando a situação dos instrumentos quanto à execução, a 2ª GRD atualmente supervisiona diretamente cerca de 87 convênios e 93 contratos. Além de supervisionar esses instrumentos, essa gerência também possui 5 membros na Comissão de Doação de Bens Móveis estabelecida pela Determinação nº 342/2022 o que implica a realização de visitas técnicas constantes para avaliação de viabilidade socioeconômica.

O quadro atual de analistas a disposição da 2ª GRD é composta por: 15 analistas lotados na Sede, com dedicação exclusiva às ações de infraestrutura, em Bom Jesus da Lapa e mais 9 analistas lotados nos Escritórios de Apoio Técnico e Unidades Descentralizadas, com dedicação parcial às ações da Gerência, totalizando 24 analistas. Desses, somente 3 são da área de Topografia.

As principais atividades realizadas pelos analistas são:

- Fiscalização de Ordens de Fornecimento para aquisição de Bens;
- Avaliação de Viabilidade Socioeconômica de Doação de Bens;
- Produção de Pareces Técnicos;
- Fiscalização e monitoramento de Barragens administradas pela CODEVASF na área da 2ª SR;
- Análise de Projetos Básicos, Executivos e Planilhas Orçamentárias;
- Prestação de Contas;
- Solicitação, anulação e reforço de empenhos;
- Apoio à gerência, gestão da informação dos instrumentos e produção de relatórios;
- Preparação de processos licitatórios e suas peças;
- Supervisão de Contratos de Pavimentação;
- Fiscalização de contratos e convênios sob gestão individual;



## Ministério do Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD

- Serviços topográficos.

Na relação acima, os contratos de pavimentação estão em destaque em virtude do volume de ações associadas a cada instrumento. Alguns contratos de pavimentação representam lotes de serviços, isto é, uma fragmentação da área de execução dos serviços contratados, o que significa que mais de um município pode ser beneficiário das ações. Esse tipo de contrato é comum nas contratações de serviços comuns de engenharia por Pregão Eletrônico, quando há incerteza inerente aos quantitativos, o que é o caso da maioria das intervenções de pavimentação executadas pela 2ª SR.

Com efeito, pode-se dizer que, em termos de *ações de infraestrutura*, a 2ª GRD possui, até setembro de 2022, 252 (duzentos e cinquenta e duas) ações em execução, distribuídas por 146 municípios da área de abrangência da 2ª SR, sendo que cerca de 76,60% das ações são voltadas para pavimentação ou estradas vicinais, 16,70% voltadas para ações relacionadas a barragens ou pequenos reservatórios de acumulação de água (aguadas), e 3,60% voltadas para infraestrutura urbana - praças, pátios esportivos, mercados, entre outros.

Considerando que haverá a celebração de novos instrumentos no último quadrimestre de 2022, espera-se que o volume de ações em execução pode ser aumentado em cerca de 50%.

Os instrumentos de execução direta (contratos) e de execução indireta (convênios) demandam diferentes rotinas de supervisão e fiscalização. O primeiro tipo demanda visitas técnicas frequentes de supervisão para acompanhamento dos parâmetros de qualidade e de pagamento dos serviços. O segundo tipo requer maior dedicação em análises de peças técnicas e produção de pareceres técnicos para orientação das entidades conveniadas.

Essas atividades são consideradas comuns e de rotina, já que as obras e serviços de engenharia comumente executadas por esses instrumentos são comuns na área de engenharia. O desafio principal da equipe técnica é atender o volume das demandas de fiscalização, como:

Na fiscalização de contratos:

- Visitas técnicas a obras para verificação do atendimento às especificações técnicas e normas técnicas aplicáveis;
- Medição dos serviços executados por equipe de topografia;
- Pareceres técnicos sobre solicitações de reajustamento ou reequilíbrios financeiros de contratos de acordo com as instruções normativas vigentes;
- Enquadramento de vias em contratos de pavimentação.

Na celebração de convênios:

- Visitas técnicas a entidades requerentes para coleta de dados e/ou realização de serviços topográficos;
- Elaboração de pareceres técnicos sobre viabilidade, consistência e coerência de projeto executivos;
- Elaboração de pareceres técnicos sobre viabilidade, consistência e coerência de planilhas orçamentárias;

Na avaliação socioeconômica de doações de bens:

- Visitas técnicas a entidade requerentes de bens móveis para coleta de dados.



## **Ministério do Desenvolvimento Regional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD**

Na execução de serviços topográficos, principalmente:

- Nivelamento Geométrico;
- Levantamento Topográfico Planimétrico Cadastral;
- Levantamento de Pontos GNSS;
- Elaboração de projetos geométricos.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

#### **4.1. ESCOLHA DA SOLUÇÃO TÉCNICA**

Considerando que a atual equipe técnica de engenharia civil da 2ª SR possui um passivo de demandas a serem cumpridas para a fiscalização efetiva dos instrumentos sob responsabilidade da 2ª Gerência de Infraestrutura, entende-se ser fundamental a contratação de serviços topográficos e de apoio à fiscalização e supervisão técnica de instrumentos, visando atender as necessidades imediatas e melhor aproveitar o corpo técnico em atividade de análise e proposição de solução técnica, atividades de planejamento e de tomada de decisão para as ações de desenvolvimento regional da 2ª GRD.

Essa solução é similar a contratações realizadas por outras gerências e superintendências dentro da CODEVASF, assim como por outros órgãos do Governo Federal, como o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT).

Como o problema apresentado está relacionado à prestação de serviços de apoio, soluções alternativas implicariam no aumento temporário da mão-de-obra disponível na Gerência, o que pela legislação vigente, só é possível pela contratação de serviços padronizados ou de consultoria. Avalia-se, entretanto, que não é necessário contratar serviço de engenharia de natureza predominantemente intelectual e de inovação tecnológica, haja vista que as atividades pretendidas não requerem notório conhecimento nem se prestam a buscar soluções técnicas para problemas de engenharia.

#### **4.2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Uma vez que estes serviços pretendidos são padronizados e possuem qualidade e desempenho objetivamente definidos por instruções normativas da CODEVASF, eles podem ser classificados como serviços comuns de engenharia, em conformidade com o Decreto 10.024/2019. Sendo assim, a modalidade Pregão, na forma eletrônica, prevista na Lei 13.303/2016, é a mais adequada para a contratação destes serviços.

Não obstante, a previsão dos quantitativos de cada um desses serviços é imprecisa, e por isso, a contratação por preço unitário garante o pagamento assertivo apenas das quantidades executadas com a qualidade e desempenho esperado, garantindo a vantajosidade econômica da contratação pela Administração Pública.

Assim, pretende-se contratar empresa idônea para execução dos serviços propostos, sem necessidade de parcelamento do objeto.



## Ministério do Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD

Os serviços devem ser executados num **prazo de doze meses**, podendo ser prorrogados por igual período.

Para execução dos serviços, a Contratada deverá observar as normas vigentes da ABNT que tratam de resíduos sólidos, o Caderno de Encargos da CODEVASF e as disposições particulares estabelecidas nas Especificações Técnicas, além das instruções que venham a receber da Contratante em cada caso específico e a melhor técnica consagrada pelo uso.

Para garantir a qualidade dos serviços, a contratação deverá possuir parâmetros de qualificação técnica que não limitem a concorrência. Com isso, indica-se a utilização de quantitativos mínimos de serviços topográficos realizados por profissionais da empresa e de comprovação de experiência mínima dos profissionais com obras rodoviárias e com orçamento de obras. A experiência pode ser demonstrada com a realização de dois serviços técnicos na área do conhecimento de interesse, já que pela curva de experiência, quanto mais trabalhos realizados, maior a produtividade do profissional. No âmbito dessa contratação, a Codevasf busca eficiência na execução dos serviços.

As especificações estabelecem as condições mínimas necessárias à execução dos serviços, bem como os critérios que a fiscalização deverá adotar ao monitorar a produção das peças técnicas pela Contratada.

A área técnica responsável pela execução deverá certificar-se do cumprimento das exigências constantes das Especificações Técnicas, bem como ao atendimento quanto à legislação aplicável.

## 5. DOS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM A CONTRATAÇÃO

O procedimento obedecerá, integralmente, aos seguintes normativos:

- a) Lei nº 13.303/2016
- b) IN nº 40/2020
- c) Lei Complementar nº 123/2006
- d) Decreto nº 8.538/2015
- e) Lei nº 10.024/2019
- f) Decreto nº 7.892/2013 - SRP
- g) Decreto nº 7.983/2013
- h) Decreto nº 10.024/2019

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Visando atender as atividades indicadas no item 3, bem como viabilidade da ação proposta, técnicos da CODEVASF realizou levantamento das necessidades e quantidade mínima de profissionais, viagens e equipamentos necessários para viabilizar a contratação.

Segue as planilhas de quantidades:

Tabela 1 - Dimensionamento de Itens			
Memória de cálculo mensal (22 DIAS ÚTEIS)			
Itens	Descrição	Quantidade	Unidade





## Ministério do Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD

Equipe	Engenheiro	4	un.
	Técnico Especializado	1	un.
	Desenhista/Cadista	1	un.
	Topógrafo	4	un.
	Auxiliar de Topografia	4	un.
	Motorista	1	un.
	Auxiliar Administrativo	1	un.
Viagens	Diárias	210	un.
Equipamentos	Veículo leve	3	un.
	Veículo pick-up	3	un.
	Cesta de Instalações de Topografia	1	un.
Instalações	Mobiliário	1	un.
	Cesta de Custos de Escritório	1	un.
	Escritório	1	un.

**Tabela 2 - Cálculo das horas produtivas por veículo**

Memória de cálculo mensal (22 DIAS ÚTEIS)				
Itens	Horas	R\$/Hora	Total	%
<b>VEÍCULO LEVE - 53KW (SEM MOTORISTA)</b>				
<b>Horas Operativas</b>	66,00	40,37	R\$ 2.664,17	36%
<b>Horas Improdutivas</b>	116,49	5,77	R\$ 672,03	64%
Horas globais/mês trabalháveis (*)	182,49		<b>R\$ 3336,20</b>	100%
<b>VEÍCULO LEVE PICAPE 4X4 - 147KW (SEM MOTORISTA)</b>				
<b>Horas Operativas</b>	66,00	86,46	R\$ 5.706,36	36%
<b>Horas Improdutivas</b>	116,49	25,29	R\$ 2.946,03	64%
Horas globais/mês trabalháveis (*)	182,49		<b>R\$ 8.652,39</b>	100%

(\*) Fonte: Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 01, pág. 53





**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD

Tabela 3 - Dimensionamento do Mês de Referência

Item	Profissional	Mês de Referência - Dias úteis																						Dias trabalhados em		Pernoites	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	Escritório	Campo	Campo	
1	Escritório da Empresa em Bom Jesus da Lapa/BA																										
1.1	Engenheiro (Orçamentista)	Visitas Técnicas																						17	5	4	
1.2	Engenheiro						Fiscalização/Supervisão Técnica													Medição				7	15	12	
1.3	Técnico de Estradas						Fiscalização/Supervisão Técnica													Medição				7	15	12	
1.4	Desenhista/Cadista																							22	0	0	
1.5	Topógrafo	Serviços topográficos																	Medição					0	22	17	
1.6	Auxiliar de Topografia	Serviços topográficos																	Medição					0	22	17	
1.7	Motorista	Acompanhar equipe de topografia																						0	22	17	
1.8	Auxiliar Administrativo																							22	0	0	
1.9	Laboratorista	Amos- tagem						Amos- tagem						Amos- tagem						Amos- tagem		Amos- tagem		8	14	5	
2	Escritório de Apoio Técnico de Irecê/BA																										
2.1	Engenheiro						Fiscalização/Supervisão Técnica													Medição				7	15	12	
3	Unidade Descentralizada de Vitória da Conquista/BA																										
3.1	Engenheiro						Fiscalização/Supervisão Técnica													Medição				7	15	12	
LEGENDA:																											
	Trabalho em escritório																										
	Trabalho em campo																										



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD

Tabela 4 - Planilha Resumo de Estimativa de Custos

SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE INSTRUMENTOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 2ª SR								
Local: Área de abrangência da 2ª Superintendência Regional								
BASES:	SICRO-BA: 04/2022; TC-DNIT-BA: ABR/2022; BDI-TC-DNT: AGO/2022 (Ofício-Circular n. 4499/2022)					BDI (%):		44,96%
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1			MÃO-DE-OBRA					R\$ 3.576.171,37
1.1			Salário da Equipe Técnica					R\$ 2.779.453,81
1.1.1	P9812	SICRO	Engenheiro - (Bom Jesus da Lapa/BA)	PROFISSIONAIS X MÊS	24,00	R\$ 22.257,99	R\$ 32.265,18	R\$ 774.364,23
1.1.2	P9812	SICRO	Engenheiro - (Irecê/BA)	PROFISSIONAIS X MÊS	12,00	R\$ 22.257,99	R\$ 32.265,18	R\$ 387.182,12
1.1.3	P9812	SICRO	Engenheiro - (Vitória da Conquista/BA)	PROFISSIONAIS X MÊS	12,00	R\$ 22.257,99	R\$ 32.265,18	R\$ 387.182,12
1.1.5	P8147	TC-DNIT	Técnico de obras	PROFISSIONAIS X MÊS	12,00	R\$ 6.057,52	R\$ 8.780,98	R\$ 105.371,81
1.1.6	P9848	SICRO	Desenhista	PROFISSIONAIS X MÊS	12,00	R\$ 5.266,40	R\$ 7.634,18	R\$ 91.610,14
1.1.7	P8163	TC-DNIT	Topógrafo	PROFISSIONAIS X MÊS	48,00	R\$ 7.230,02	R\$ 10.480,64	R\$ 503.070,83



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD

1.1.8	P8028	TC-DNIT	Auxiliar de Topografia	PROFISSIONAIS X MÊS	48,00	R\$ 4.337,37	R\$ 6.287,46	R\$ 301.797,99
1.1.9	P8113	TC-DNIT	Motorista de veículo leve	PROFISSIONAIS X MÊS	12,00	R\$ 4.730,88	R\$ 6.857,88	R\$ 82.294,60
1.1.10	P8026	TC-DNIT	Auxiliar Administrativo	PROFISSIONAIS X MÊS	12,00	R\$ 4.775,94	R\$ 6.923,21	R\$ 83.078,49
1.1.11	P8098	TC-DNIT	Laboratorista	PROFISSIONAIS X MÊS	12,00	R\$ 3.650,52	R\$ 5.291,79	R\$ 63.501,48
<b>1.2</b>			<b>Viagens</b>					<b>R\$ 796.717,56</b>
1.2.1	Tabela Diárias da Codevasf		Diárias	UND.	2.520,00	R\$ 218,10	R\$ 316,16	R\$ 796.717,56
<b>2</b>			<b>MANUTENÇÃO OPERACIONAL</b>					<b>R\$ 1.432.687,80</b>
<b>2.1</b>			<b>Veículos</b>					<b>R\$ 892.571,01</b>
2.1.1	E9093	SICRO	Veículo leve - 53 kW (sem motorista) - disponibilizado em Bom Jesus da Lapa/BA	UND. X MÊS	12,00	R\$ 3.367,61	R\$ 4.881,69	R\$ 58.580,25
2.1.2	E8891	TC-DNIT	Veículo leve picape 4x4 - 147 kW (sem motorista) - disponibilizado em Bom Jesus da Lapa/BA	UND. X MÊS	12,00	R\$ 13.736,17	R\$ 19.911,95	R\$ 238.943,42
2.1.3	E9093	SICRO	Veículo leve - 53 kW (sem motorista) - disponibilizado em Irecê/BA	UND. X MÊS	12,00	R\$ 3.367,61	R\$ 4.881,69	R\$ 58.580,25



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD**

2.1.4	E8891	TC-DNIT	Veículo leve picape 4x4 - 147 kW (sem motorista) - disponibilizado em Irecê/BA	UND. X MÊS	12,00	<b>R\$ 13.736,17</b>	R\$ 19.911,95	<b>R\$ 238.943,42</b>
2.1.5	E9093	SICRO	Veículo leve - 53 kW (sem motorista) - disponibilizado em Vitória da Conquista/BA	UND. X MÊS	12,00	<b>R\$ 3.367,61</b>	R\$ 4.881,69	<b>R\$ 58.580,25</b>
2.1.6	E8891	TC-DNIT	Veículo leve picape 4x4 - 147 kW (sem motorista) - disponibilizado em Vitória da Conquista/BA	UND. X MÊS	12,00	<b>R\$ 13.736,17</b>	R\$ 19.911,95	<b>R\$ 238.943,42</b>
<b>2.2</b>			<b>Manutenção e Administração do Escritório</b>					<b>R\$ 540.116,79</b>
2.2.1	B8951	TC-DNIT	IMÓVEL COMERCIAL (2,60 do CMCC - SINAPI)	M² X MÊS	1.152,00	R\$ 45,61	R\$ 66,12	<b>R\$ 76.165,93</b>
2.2.2	B8953	TC-DNIT	MOBILIÁRIO - ESCRITÓRIO	FUNCIONÁRIOS X MÊS	204,00	R\$ 478,10	R\$ 693,05	<b>R\$ 141.382,97</b>
2.2.3	B8959	TC-DNIT	CUSTOS DIVERSOS - ESCRITÓRIO	FUNCIONÁRIOS X MÊS	204,00	R\$ 128,72	R\$ 186,59	<b>R\$ 38.064,87</b>
2.2.4	B8958	TC-DNIT	TOPOGRAFIA	EQUIPE X MÊS	48,00	R\$ 2.964,73	R\$ 4.297,67	<b>R\$ 206.288,29</b>
2.2.5	B8957	TC-DNIT	LABORATÓRIO DE SOLOS	UNID. X MÊS	12,00	R\$ 4.496,34	R\$ 6.517,89	<b>R\$ 78.214,73</b>
<b>Total Geral (Período de 12 meses)</b>							<b>R\$ 5.008.859,17</b>	



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD

<b>Preço Unitário por Relatório Mensal</b>	<b>R\$ 417.404,93</b>
--	-----------------------



## Ministério do Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD

A partir da coleta de dados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos (SIGEC) para a posição do dia 15/08/2022, estima-se que faltam 672.163,76 m<sup>2</sup> para cumprir a meta física dos contratos relacionados à engenharia rodoviária (pavimentação e estradas vicinais) e cerca de 276.782,48 m<sup>3</sup> para cumprir a meta física dos contratos relacionados à construção de reservatórios d'água (aguadas). Considerando que esses serviços são mais relevantes no conjunto de ações desenvolvidas pela 2ª Gerência de Infraestrutura, na qual a provável contratada prestará serviços de apoio, utilizaremos esses valores para exigência de quantidades na habilitação técnica, em acordo à súmula 263/2011 do Tribunal de Contas da União (TCU).

Ao mesmo tempo, o último Termo de Referência visando a contratação de serviços topográficos para a 2ª/GRD foi produzido em 2021, quando fora exigido a certificação de, no mínimo, 1.000.000 m<sup>2</sup> de levantamento topográfico cadastral para habilitação técnica das licitantes. Diante das incertezas na quantificação da necessidade desse serviço em face da iminente celebração de novos instrumentos, utilizaremos este parâmetro para habilitação técnicas das empresas nesse certame.

## 7. PESQUISA DE MERCADO E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de contratação para os serviços em pauta, com ampla demanda no comércio nacional.

Considerando o previsto no Art. 14 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF (DELIBERAÇÃO Nº 28, 27 de julho de 2020), houve pesquisa de mercado perante órgãos oficiais como SICRO/DNIT (Abril/2022), e em tabelas de referências de custo complementares, como a Tabela de Preços de Consultoria DNIT (Abril/2022).

Conforme planilha de orçamento contendo todos os serviços previstos, após realização de pesquisa de preços chegou-se ao valor total de **R\$ 5.008.859,17 (cinco milhões, oito mil, oitocentos e cinquenta reais e dezessete centavos)**, sendo este valor estimativo e máximo a ser considerado para a contratação. O valor definitivo será conhecido após a licitação.

## 8. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos efetivamente decorrem de duas etapas executivas: a primeira se dá pelo bem sucedido processo licitatório e no segundo momento a entrega do objeto ao município beneficiário.

Espera-se com essa contratação:

- Aumentar o número de visitas técnicas às obras sob responsabilidade da 2ª GRD;
- Permitir que a equipe técnica da 2ª GRD possa desempenhar mais atividades de natureza intelectual e inovação tecnológica;
- Aumentar a produtividade nos trabalhos desenvolvidos pela 2ª GRD;
- Aumentar a capacidade de supervisão dos instrumentos em execução;
- Melhorar a qualidade do ambiente de trabalho, que consequentemente produzirá melhor performance dos analistas e resultados para toda sociedade.



## **Ministério do Desenvolvimento Regional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD**

### **9. ALINHAMENTO DA DEMANDA COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL – PEI**

A execução de serviços de serviços comuns de engenharia para apoio à fiscalização de contratos e convênios na área de abrangência da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF se alinha ao Planejamento Estratégico Institucional – PEI (2022-2026) da CODEVASF no que se refere à melhoria contínua de processos de desenvolvimento das áreas onde a empresa atua. O detalhamento das ações da empresa consta no Plano Anual de Negócios da CODEVASF para o ano de 2022, acessível no endereço eletrônico: <https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/governanca/planejamento/plano-anual-de-negocios-pan>.

### **10. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Previamente à celebração do contrato, a CODEVASF deve indicar em seu Termo de Referência (TR) e anexos:

- a) A planta de localização da área onde serão executadas as obras/serviços;
- b) Os critérios para pagamento, lista de obrigações das partes contratuais.

Ademais, o processo administrativo pertinente à contratação das obras/serviços deve constar todos os documentos cabíveis e necessários emitidos para o fiel cumprimento do objeto proposto, instrumento que irá nortear as ações competentes da fiscalização nomeada para tal.

### **11. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

A licitante contratada deverá adotar no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG N° 01, de 19 de janeiro de 2010 e da Resolução CONAMA N° 257, de 30 de junho de 1999, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, inclusive:

- a) Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- b) Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- c) Disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos empregados para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- d) Orientar sobre o cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;
- e) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

No mais, em que for cabível.

### **12. PARCELAMENTO DO OBJETO**





## **Ministério do Desenvolvimento Regional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**2ª Superintendência Regional – Gerência de infraestrutura - GRD**

O parcelamento do objeto não traz benefícios à Administração Pública, haja vista que os serviços de engenharia que compõem o objeto de contratação compreendem serviços comuns em diversos tipos de obras civis, como obras rodoviárias, de barramentos e de infraestrutura urbana. Além disso, a execução independente dos serviços dificulta a progressão dos trabalhos, sendo que seus quantitativos não são atrativos economicamente para esse tipo de parcelamento. Com isso, é mais econômica a contratação do objeto em único lote, em busca de preços vantajosos, considerando o uso mais proveitoso de equipamentos e mão-de-obra.

### **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

A contratação desse objeto não deve gerar Ata de Registro de Preços.

### **14. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO**

A contratação dar-se-á por meio da modalidade licitatória Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

### **15. CLASSIFICAÇÃO E INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Segundo o Decreto nº 7.892/2013, que regulamenta o sistema de registro de preços, o parágrafo §2º do artigo 7º diz que não é necessário indicar a dotação orçamentária, haja vista que esta somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

### **16. SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O estudo preliminar do problema observado, das soluções disponíveis e dos requisitos de contratação evidencia que a contratação da solução descrita no item "DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO" se mostra tecnicamente possível e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

### **17. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando a responsabilidade da CODEVASF em garantir a fiscalização eficiente das ações de infraestrutura sob sua gestão, entende-se necessária a contratação do seguinte objeto: “Execução de serviços topográficos e de apoio à fiscalização de instrumentos na área de abrangência da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, no estado da Bahia”, via Pregão Eletrônico, tipo menor preço, visando aumentar a capacidade de supervisão dos instrumentos em execução e a produtividade das equipes técnicas. Por fim, entende-se necessária a realização do SRP para que a Codevasf possa contratar os serviços objeto deste estudo mediante disponibilidade orçamentária.